

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, Metropolitan, no Rio de Janeiro, BH Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

- As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting" aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

- As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em trimestres anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários aplicáveis. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial sobre investimento líquido no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 30 de junho de 2016.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

aa) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de junho de 2016, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas bem como, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2016	2015		2016	2015
Time for Fun Mídia Ltda. ⁽¹⁾	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A. ⁽³⁾	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. ⁽⁴⁾	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A. ⁽⁵⁾	1,71	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A. ⁽⁵⁾	98,29	-			
T4F Bizarro Producciones SpA. ⁽²⁾	60,00	-			

(1) Atual denominação social da Área Marketing Brasil Ltda alterada em 30 de junho de 2015.

(2) Constituída em 8 de setembro de 2015, no Chile, mediante contrato firmado entre T4F Entretenimento S.A. e Eventos Bizarro SpA na proporção de 60% e 40%, respectivamente.

(3) Atual denominação social da Ticketmaster Chile.

(4) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu o percentual de minoritários da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos passando a deter 100% das ações.

(5) Em 30 de novembro de 2015, a Companhia passou a deter controle direto da T4F Entretenimientos Argentina S.A., antes consolidada diretamente na T4F Inversiones S.A mediante capitalização de mútuos.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 e a receita líquida dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015:

	30/06/16			31/12/15		30/06/15
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Controladas:						
Time for Fun Mídia Ltda (1)	1.327	1.066	-	1.124	951	1.919
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	16.328	1.267	6.340	17.759	1.706	1.857
Metropolitan Empreendimentos S.A.	12.782	14.912	5.525	10.890	5.295	4.147
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.139	2.007	12.155	10.879	3.309	9.708
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	60.977	18.558	32.084	87.833	78.060	38.845
T4F USA Inc.	2.353	3	-	6.194	4.407	-
Ticket Co. SpA	169.397	164.045	3.750	142.561	138.507	2.725
Vicar Promoções Desportivas S.A.	18.960	6.414	8.862	20.602	3.645	12.702
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	2.359	23.427	1	5.523	19.337	1
T4F Bizarro Producciones SpA.	21.104	20.643	38.592	-	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	54.690	49.218	167.929	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - atual denominação da "Área Marketing Brasil Ltda", tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,09%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Bizarro Producciones SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Caixa e bancos (d)	15.730	64.905	29.612	90.806
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (e)	21.210	-	40.894	60.621
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	369	8.568	2.635	15.728
Operação compromissada - DI (b)	34.429	51.958	47.954	67.971
Time Deposit (c)	-	3.934	-	3.934
Total	71.738	129.365	121.095	239.060

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 88% a 99,5% da variação do CDI (80% a 97% em 31 de dezembro de 2015), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 1,0% ao ano sem prejuízo de resgate.

d) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

e) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$6.203 (R\$13.172 em 31 de dezembro de 2015). No primeiro semestre de 2016, estavam aplicados R\$5.613 em Fundos de Investimentos com liquidez imediata, que aplica recursos em cotas de fundo de investimentos que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Clientes faturados (i)	8.433	12.420	18.228	27.122
Bilheteria (ii)	19.906	86.975	30.781	122.339
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	6.699	11.707	24.639	18.772
Total das contas a receber	35.038	111.102	73.648	168.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(197)	(581)	(4.984)	(5.844)
Total	34.841	110.521	68.664	162.389

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
A vencer:	34.757	107.564	62.854	143.925
Vencidas:				
Até 30 dias	39	2.929	5.231	12.488
De 31 a 60 dias	-	28	193	5.598
De 61 a 90 dias	45	-	387	940
De 91 a 180 dias	16	400	274	592
Há mais de 180 dias	181	181	4.709	4.690
Total das contas a receber	35.038	111.102	73.648	168.233

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	581	5.844
(+) Adições	16	360
(-) Reversões e baixas	(400)	(1.219)
Saldos em 30 de junho de 2016	197	4.985

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
IRPJ/CSLL - antecipações	-	34	1.707	160
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.206	2.738	11.093	18.872
Programa de Integração Social - PIS	95	-	130	25
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	424	-	581	114
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.342	5.364
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.258	2.231
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	5.283	5.947
Outros	1.538	358	3.794	2.677
Total	3.263	3.130	30.188	35.390

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	536	3.586	13.927	24.895
Outros	16	278	5.079	1.930
Total	552	3.864	19.006	26.825

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Eventos, shows e espetáculos contratados	21.085	25.198	25.810	68.854
Outros	921	1.050	2.334	4.422
Total	22.006	26.248	28.144	73.276
Circulante	21.460	26.248	27.598	73.226
Não circulante	546	-	546	50

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/06/16			31/12/15		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	950	-	-	950	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	984	(2.950)	-	1.879	(4.320)
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	-	3.937	(350)	-	3.803	(2)
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	-	2	89	-	8
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	12.220	-	(61)	9.026	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	-	-	19	672	-	89
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	410	-	(46)	-	2.540	-
T4F Chile S.A. (ii)	-	17.881	1.462	-	21.583	(7.276)
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	1.855	(465)	-	2.189	-
T4F Inversiones S.A.	-	-	-	-	-	369
T4F USA Inc. (iii)	-	2.247	(589)	21.964	-	3.044
Vicar Promoções Desportivas S.A.	248	-	575	227	-	789
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	23.397	-	(1.017)	19.514	-	7.197
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	2.154	-	-	2.112	-	260
Total	39.379	26.904	(3.420)	54.554	31.994	158

Consolidado:

Categoria	30/06/16		31/12/15	
	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	2.617	(438)	2.510	(2)
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	2	206	8
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	-	19	672	89
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	2.154	-	2.112	260
Eventos Bizarro Spa.	2.672	-	-	-
Total	7.443	(417)	5.500	355

(i) Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com seus ex-acionistas controladores CIE International, no montante de R\$12.000. O empréstimo é atualizado anualmente pelo CDI e por juros de 2%.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/16				30/06/15			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	223	-	-	223	186	-	-	186
Diretores estatutários	2.385	1.996	186	4.567	2.270	-	135	2.405
Total	2.608	1.996	186	4.790	2.456	-	135	2.591

Consolidado	30/06/16				30/06/15			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	223	-	-	223	186	-	-	186
Diretores estatutários	2.724	2.354	186	5.264	2.598	-	135	2.733
Total	2.947	2.354	186	5.487	2.784	-	135	2.919

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi fixado em R\$10.300 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2016

Controladas diretas ou indiretas	Lucro líquido		Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em		Investimentos em controladas
	Patrimônio líquido	(prejuízo) do período			em	controladas	
Time for Fun Mídia Ltda	261	7	99,99	7	-	-	261
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	15.062	(2.131)	100,00	(2.131)	-	-	15.062
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(2.130)	(2.276)	99,99	(2.276)	(2.130)	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	5.472	7.317	98,29	7.192	-	-	5.378
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	8.131	3.667	99,99	3.666	-	-	8.130
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.419	4.832	100,00	4.832	-	-	42.419
T4F USA Inc.	2.350	(183)	100,00	(183)	-	-	2.350
Ticket Co. SpA.	5.352	(534)	100,00	(534)	-	-	5.351
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(21.068)	(286)	85,00	(286)	(21.068)	-	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	462	(561)	60,00	(337)	-	-	278
Vicar Promoções Desportivas S.A.	12.546	(2.511)	85,00	(2.135)	-	-	10.664
Total				7.815	(23.198)	-	89.893

a.1) 31 de dezembro de 2015

Controladas diretas ou indiretas	Lucro líquido		Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em investimentos	
	Patrimônio líquido	do exercício			em controladas	em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	254	81	99,99	81	-	254
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.193	(502)	100,00	(349)	-	17.193
Metropolitan Empreendimentos S.A.	146	(5.448)	99,99	(5.448)	-	146
T4F Entretenimientos Argentina S.A	27	2.669	98,29	(622)	-	27
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.735	9.694	99,99	9.693	-	11.734
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.853	23.322	100,00	16.766	-	42.853
T4F USA Inc.	3.080	368	100,00	368	-	3.080
Ticket Co. SpA.	6.596	1.350	100,00	1.350	-	6.596
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(24.639)	(5.532)	100,00	(5.532)	(24.639)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	1.160	397	60,00	238	-	696
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.055	(733)	85,00	(623)	-	12.797
Total				15.922	(24.639)	95.376

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” e “Provisão para perdas em investimentos em controladas” em 30 de junho de 2016 e de 2015.

	Controladora	Controladora
	30/06/16	30/06/15
Saldo inicial do investimento líquido	70.737	40.701
Equivalência patrimonial	7.815	(7.026)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(4.587)	311
Dividendos de controladas	(7.270)	(4.096)
Saldo final do investimento líquido	66.695	29.890
Provisão para perdas em investimentos em controladas	23.198	-
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	89.893	29.890

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	3.255	4.572
Total	110.487	110.487	113.742	115.059

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de “impairment”, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado. Na preparação do fluxo de caixa foi utilizada uma taxa de desconto de 13% e de crescimento de 5%. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	229	322
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.932	75.618	98.225	99.812
Móveis e utensílios	4.755	4.617	9.436	9.549
Máquinas e equipamentos	13.859	13.651	36.835	36.113
Equipamentos de processamento de dados	7.423	7.389	11.873	12.797
Estruturas	9.060	8.733	20.855	20.175
Veículos	419	419	6.031	6.032
Imobilizado em andamento	46	-	127	189
Total	111.494	110.427	183.611	184.989

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(73.583)	(73.206)	(91.425)	(92.192)
Móveis e utensílios	6	(3.159)	(3.010)	(6.695)	(6.909)
Máquinas e equipamentos	12	(8.792)	(8.027)	(22.409)	(20.891)
Equipamentos de processamento de dados	18	(6.300)	(5.991)	(10.510)	(10.607)
Estruturas	13	(7.528)	(7.020)	(13.134)	(12.053)
Veículos	20	(319)	(280)	(5.105)	(4.547)
Total		(99.681)	(97.534)	(149.278)	(147.199)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	229	322
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.349	2.412	6.800	7.620
Móveis e utensílios	1.596	1.607	2.742	2.639
Máquinas e equipamentos	5.067	5.624	14.426	15.222
Equipamentos de processamento de dados	1.123	1.398	1.363	2.189
Estruturas	1.532	1.713	7.720	8.124
Veículos	100	139	926	1.485
Imobilizado em andamento	46	-	127	189
Total	11.813	12.893	34.333	37.790

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Custo	-	11.798	11.799	16.835	18.136
Amortização	20	(6.832)	(6.121)	(10.541)	(11.000)
Total		4.966	5.678	6.294	7.136

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/06/16		31/12/15	
	Depreciação acumulada	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	606	(375)	231	252
Máquinas e equipamentos	2.129	(864)	1.262	1.304
Equipamentos de processamento de dados	209	(138)	73	73
	<u>28.278</u>	<u>(26.711)</u>	<u>1.566</u>	<u>1.629</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(533)	(554)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.033</u>	<u>1.075</u>

Consolidado:

	30/06/16		31/12/15	
	Depreciação acumulada	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.182	(846)	333	368
Máquinas e equipamentos	3.912	(2.075)	1.837	1.904
Equipamentos de processamento de dados	276	(202)	76	76
	<u>30.704</u>	<u>(28.457)</u>	<u>2.246</u>	<u>2.348</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(764)	(798)
Eliminações do consolidado (i)			(449)	(475)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.033</u>	<u>1.075</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Saldo inicial	12.894	13.722	37.788	41.254
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	156	426	285	1.038
Móveis e utensílios	170	99	442	186
Máquinas e equipamentos	113	433	854	2.435
Equipamentos de processamento de dados	40	63	(108)	482
Estruturas	222	2.031	538	2.054
Veículos	-	85	-	85
Adiantamento de imobilizado	440	105	376	294
Total de adições	<u>1.141</u>	<u>3.242</u>	<u>2.387</u>	<u>6.574</u>
Baixas líquidas	(39)	(222)	(59)	(247)
Depreciação	(2.183)	(3.849)	(5.066)	(10.029)
Efeitos de variação cambial	-	-	(717)	238
	<u>(2.222)</u>	<u>(4.071)</u>	<u>(5.842)</u>	<u>(10.038)</u>
Saldo final	<u>11.813</u>	<u>12.893</u>	<u>34.333</u>	<u>37.790</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$488, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de junho de 2016, há aproximadamente R\$9.771, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Saldo inicial	5.677	1.721	7.137	2.670
Adições:				
Software	-	30	267	736
Direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais ⁽¹⁾	-	4.800	-	4.800
Amortização (*)	(711)	(873)	(923)	(1.244)
Baixas líquidas	-	-	(187)	174
Saldo final	4.966	5.678	6.294	7.136

(1) Refere-se a Contrato de Coprodução de Espetáculos e Outras Avenças no qual a Companhia e a outra parte se unem para contratar, organizar, coproduzir, promover e realizar os espetáculos e eventos descritos no referido contrato. A outra parte tem para com a Companhia obrigações de exclusividade e não concorrência, não se aplicando quaisquer obrigações ou restrições para a Companhia. O prazo de duração do contrato é de cinco anos e esse montante será amortizado linearmente no decorrer da vigência desses direitos contratuais.

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Fornecedores nacionais	23.971	36.712	84.434	69.418
Fornecedores estrangeiros	2.151	538	2.536	23.984
Total	26.122	37.250	86.970	93.402

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a	Controladora		Consolidado	
		30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	52.084	52.084	52.084	52.084
Empréstimo (b.1)	Pesos argentinos + 25,00%	-	-	-	8.260
Empréstimo (b.2)	3,5%	200	242	200	243
Total		52.284	52.326	52.284	60.587
Parcela do passivo circulante		18.836	10.504	18.836	18.764
Parcela do passivo não circulante		33.448	41.824	33.448	41.824

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora e Consolidado
2017	8.376
2018	16.738
2019	8.334
Total	33.448

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembléia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 30 de junho de 2016, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo BH Hall.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
COFINS a recolher	-	649	208	1.218
PIS a recolher	-	139	45	262
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.495	1.545	2.015	2.162
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	6.224	6.398
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	188	193	341	370
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	83	114
IVA - imposto de valor agregado	-	-	648	1.469
ICMS a recolher - faturamento	(1)	-	(43)	-
INSS de terceiros a recolher	151	225	212	303
Outros	144	205	856	412
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	342	2.698
Passivo circulante	1.977	2.956	10.931	15.406
Parcelamento de ISS (b)	1.111	1.144	1.111	1.144
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	3.798	3.651	3.798	3.651
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	2.134	3.270
Passivo não circulante	4.909	4.795	7.043	8.065

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2016, o saldo remanescente era de R\$3.798 (R\$3.651 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2016 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.299 (R\$1.337 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de junho de 2016 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 116 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 47 meses); e (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 62 meses).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Contratos de “naming rights” (a)	1.248	-	1.248	-
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	2.641	9.785	15.577	22.311
Eventos privados (b.2)	2.635	2.179	4.592	2.906
Vendas antecipadas de ingressos (c)	39.171	192.732	44.480	311.877
Locação de equipamentos	-	-	275	-
Intermediação de shows	-	-	-	1.148
Total	45.695	204.696	66.172	338.242

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor	30/06/16	31/12/15
		aprovado		
Wicked	14 6004	15.055	5.463	8.900
Mudança de Hábito	14 6004	14.323	-	315
Total		29.378	5.463	9.215

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Trabalhistas	5.419	4.620	6.273	5.636
Cíveis	14.738	14.736	15.010	15.076
Tributários	170	164	410	397
Total	20.327	19.520	21.693	21.109
Circulante	-	877	-	877
Não circulante	20.327	18.643	21.693	20.232

20.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$95.446 (R\$103.344 em 31 de dezembro de 2015).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2016, o montante global desses processos (excluído o tem "b" abaixo) classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$37.286.

b) Em abril de 2011, em 2014 e em 2015 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de aproximadamente R\$19.620, em 30 de junho de 2016. Foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado do processo é R\$11.296 (R\$10.918 em 31 de dezembro de 2015).

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2016, o valor envolvido era de R\$4.824 (R\$4.649 em 31 de dezembro de 2015).

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado dos dois processos é de R\$10.854 (R\$10.438 em 31 de dezembro de 2015).

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$19.670 em junho de 2016, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$9.835, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$9.835, para a data base de 30 de junho de 2016 (R\$8.386 em 31 de dezembro de 2015).

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, qual foi julgado parcialmente procedente, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 40% do lançamento, e o restante perda remota. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado do débito classificado com perda possível é de R\$6.996 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2015).

20.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2016 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$19.395 (R\$30.685 em 31 de dezembro de 2015).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração fixa e no variável nos anos 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 30 de junho de 2016 é de R\$2.712 (R\$3.645 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2016 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$25.362 (R\$22.338 em 31 de dezembro de 2015).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvinda em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2016 é de aproximadamente R\$1.913 (R\$1.819 em 31 de dezembro de 2015) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de Ações Cíveis Públicas ("ACP") a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.200, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.200, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (iii) ACP proposta pela ADECON – Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.116 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada procedente e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso da Companhia.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis públicas relacionadas às apresentações de "Quidam", nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$290, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

d) A Companhia é parte passiva, juntamente com "Os Independentes", em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado "53ª Festa do Peão de Barretos", cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.

e) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2016 o valor em discussão é de R\$1.317 (R\$1.207 em 31 de dezembro de 2015). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2016, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$24.696 (R\$23.560 em 31 de dezembro de 2015).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/15	Provisão	Atualização monetária	30/06/16
Trabalhistas	4.620	791	8	5.419
Cíveis	14.736	(137)	139	14.738
Tributário	164	-	6	170
Total	19.520	654	153	20.327

Consolidado	31/12/15	Provisão (reversão)	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/16
Trabalhistas	5.636	763	(42)	(84)	6.273
Cíveis	15.076	(131)	162	(97)	15.010
Tributário	397	-	13	-	410
Total	21.109	632	133	(181)	21.693

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2015
Lucro líquido do exercício	20.947
(-) Absorção de prejuízos de exercícios anteriores	(12.614)
(-) Reserva legal	(417)
Base de cálculo dos dividendos obrigatórios	7.916
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.979

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de até 4.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”). Em 4 de novembro de 2014, o Conselho de Administração prorrogou por mais 365 dias o Programa, mantendo-se as demais condições inalteradas.

Em 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) o encerramento do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, por meio do qual foram adquiridas 2.290.800 ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) o cancelamento dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria no valor de R\$10.043, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80.

22. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta:

Serviços

Produtos

Impostos incidentes

Receita líquida

Controladora			
01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
80.363	326.845	75.145	187.818
706	1.092	191	629
(10.196)	(42.697)	(9.497)	(24.190)
70.873	285.240	65.839	164.257

Receita bruta:

Serviços

Produtos

Impostos incidentes

Receita líquida

Consolidado			
01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
241.754	611.575	112.321	252.572
5.406	18.684	4.920	14.134
(23.625)	(72.736)	(13.583)	(31.166)
223.535	557.523	103.658	235.540

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)

Serviços de terceiros

Utilidades e facilidades

Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Outras despesas operacionais

Despesas operacionais

Controladora			
01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
(5.667)	(12.270)	(4.591)	(10.799)
(5.364)	(10.161)	(5.663)	(10.363)
(255)	(536)	(267)	(564)
(16)	384	-	5
(1.016)	(2.094)	(569)	(1.179)
(12.318)	(24.677)	(11.090)	(22.900)

Vendas

Gerais e administrativas

Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)

Total das despesas por natureza

(303)	(716)	(273)	(710)
(9.787)	(19.171)	(9.604)	(19.734)
(2.228)	(4.790)	(1.213)	(2.456)
(12.318)	(24.677)	(11.090)	(22.900)

Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)

Serviços de terceiros

Utilidades e facilidades

Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Outras despesas operacionais

Despesas operacionais

Consolidado			
01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
(9.878)	(20.370)	(8.416)	(18.095)
(7.014)	(13.557)	(7.272)	(13.501)
(1.054)	(2.293)	(1.241)	(2.237)
(62)	404	210	266
(2.108)	(4.496)	(1.353)	(2.719)
(20.116)	(40.312)	(18.072)	(36.286)

Vendas

Gerais e administrativas

Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)

Total das despesas por natureza

(711)	(1.519)	(689)	(1.713)
(16.991)	(33.306)	(15.994)	(31.789)
(2.414)	(5.487)	(1.389)	(2.784)
(20.116)	(40.312)	(18.072)	(36.286)

b) Custos por natureza:

Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows

Transportes e locações

Serviços de terceiros

Viagens e locomoção

Utilidades e facilidades

Mídia e publicidade

Depreciação e amortização

Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)

Custos de produção

Total

Controladora			
01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
(21.467)	(141.190)	(21.131)	(59.761)
(12.012)	(35.080)	(4.808)	(19.035)
(6.995)	(23.113)	(3.372)	(12.821)
(2.375)	(3.917)	(1.192)	(3.000)
(5.343)	(11.354)	(4.329)	(8.966)
(3.209)	(7.175)	(3.019)	(7.135)
(1.552)	(2.894)	(1.371)	(2.386)
(1.038)	(2.216)	(834)	(1.583)
(3.687)	(20.881)	(5.300)	(13.296)
(57.678)	(247.820)	(45.356)	(127.983)

	Consolidado			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(63.408)	(215.071)	(27.116)	(75.118)
Transportes e locações	(18.009)	(45.304)	(9.827)	(27.187)
Serviços de terceiros	(16.980)	(46.727)	(8.695)	(21.389)
Viagens e locomoção	(4.161)	(6.739)	(2.145)	(4.589)
Utilidades e facilidades	(9.266)	(19.147)	(6.023)	(12.713)
Mídia e publicidade	(6.946)	(12.285)	(4.827)	(10.402)
Depreciação e amortização	(3.090)	(5.989)	(2.900)	(5.629)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(3.126)	(6.624)	(2.557)	(4.934)
Custos de produção	(62.803)	(120.488)	(12.394)	(29.202)
Total	(187.789)	(478.374)	(76.484)	(191.163)

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Salários e bonificações	(3.315)	(6.523)	(3.279)	(6.947)
Despesa de férias	(319)	(906)	(293)	(827)
Despesa de 13º salário	(240)	(455)	(237)	(503)
Encargos sociais	(1.428)	(2.872)	(1.173)	(2.497)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(356)	(1.978)	273	(190)
Pagamentos baseados em ações	(172)	(252)	(50)	(143)
Outros benefícios a empregados (i)	(875)	(1.500)	(665)	(1.275)
Total de despesas com benefícios a empregados	(6.705)	(14.486)	(5.424)	(12.382)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.038)	(2.216)	(834)	(1.583)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.667)	(12.270)	(4.591)	(10.799)
Total	(6.705)	(14.486)	(5.425)	(12.382)

	Consolidado			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Salários e bonificações	(7.924)	(15.440)	(7.019)	(13.979)
Despesa de férias	(450)	(1.294)	(416)	(1.198)
Despesa de 13º salário	(405)	(811)	(439)	(915)
Encargos sociais	(2.511)	(5.116)	(2.249)	(4.562)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(356)	(2.037)	248	(224)
Pagamentos baseados em ações	(173)	(253)	(50)	(143)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.186)	(2.044)	(1.047)	(2.008)
Total de despesas com benefícios a empregados	(13.005)	(26.995)	(10.972)	(23.029)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(3.126)	(6.624)	(2.557)	(4.934)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(9.878)	(20.370)	(8.416)	(18.095)
Total	(13.004)	(26.994)	(10.973)	(23.029)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(264)	(524)	(125)	(264)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(16)	(139)	(149)	(233)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(458)		
Juros com debêntures	(1.990)	(3.986)	(1.813)	(2.526)
Outras	(672)	(1.626)	(998)	(2.313)
Total	(2.942)	(6.733)	(3.085)	(5.336)

	Consolidado			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(3.234)	(4.136)	(2.289)	(4.726)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.295)	(2.928)	(838)	(1.315)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(458)		
Juros com debêntures	(1.990)	(3.986)	(1.813)	(2.526)
Outras	(348)	(1.152)	(772)	(2.605)
Total	(6.867)	(12.660)	(5.712)	(11.172)

	Controladora			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Receitas financeiras:				
Juros ativos	386	432	99	865
Rendimentos de aplicações financeiras	1.443	4.110	783	1.152
Outras	325	625	595	654
Total	2.154	5.167	1.477	2.671

	Consolidado			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.959	2.549	269	1.218
Rendimentos de aplicações financeiras	2.281	10.538	168	765
Outras	26	43	874	1.123
Total	4.266	13.130	1.311	3.106

	Controladora			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(6.796)	(17.541)	(2.788)	(8.938)
Ativas	5.388	15.600	3.852	7.231
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(68)	(147)	(14)	(579)
Ativas	493	950	349	595
Total	(983)	(1.138)	1.399	(1.691)

	Consolidado			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.882)	(19.985)	(2.844)	(9.932)
Ativas	529	10.411	4.333	8.778
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(72)	(158)	(19)	(592)
Ativas	748	1.418	530	929
Total	(3.677)	(8.314)	2.000	(817)

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/16	01/01/16	01/04/15	01/01/15
	a 30/06/16	a 30/06/16	a 30/06/15	a 30/06/15
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(907)	(884)	(306)	(665)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	28	23	58	9
Outras	628	747	53	(6)
Total	(251)	(114)	(195)	(662)

	Consolidado			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.003)	(4.539)	(343)	(1.171)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	10	5	52	(11)
Outras	888	1.243	137	1.702
Total	(2.105)	(3.291)	(154)	520

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
IRPJ e CSLL diferidos	322	(3.509)	(3.086)	(303)
Total	322	(3.509)	(3.086)	(303)

	Consolidado			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
Despesa de IRPJ corrente	(3.406)	(4.990)	(980)	(1.409)
corrente	(87)	(229)	(54)	(166)
IRPJ e CSLL diferidos	(587)	(8.853)	(3.355)	1.685
Total	(4.080)	(14.072)	(4.389)	110

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	3.206	17.740	5.756	1.330
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(1.090)	(6.032)	(1.957)	(452)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(8)	(49)	(14)	(39)
Resultado de equivalência patrimonial	1.479	2.657	(1.099)	(2.389)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	(17)	(49)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	(59)	(86)	1	2.626
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	322	(3.509)	(3.086)	(303)

	Consolidado			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
Lucro (Prejuízo) do período antes do IRPJ e da CSLL	7.247	27.702	6.547	(272)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(2.464)	(9.419)	(2.226)	92
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(35)	(164)	(12)	(43)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(376)	(2.183)	(1.142)	(2.211)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	200	769	206	1.234
Controlada tributada no exterior	(1.346)	(2.989)	(1.198)	(1.538)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	(17)	(49)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	(59)	(86)	-	2.625
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(4.080)	(14.072)	(4.389)	110

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/15	Variação de 01/04/16 a 30/06/16	Variação do semestre	30/06/16
<u>Controladora</u>				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	21.066	(4.035)	(8.070)	12.996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	197	6	(130)	67
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	313	275	6.912
Prejuízos fiscais	33.891	3.111	5.296	39.187
Base negativa de CSLL	13.219	1.120	1.907	15.126
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	12	23	(532)
Outras provisões	4.022	(205)	(2.810)	1.212
Total do ativo líquido	78.477	322	(3.509)	74.968

	31/12/15	Variação de 01/04/16 a 30/06/16	Variação do semestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/16
<u>Consolidado</u>					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	21.066	(4.035)	(8.070)	-	12.996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	735	(681)	(332)	106	509
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.637	313	275	-	6.912
Prejuízos fiscais	40.666	434	(2.809)	1.330	39.187
Base negativa de CSLL	13.219	1.120	1.907	-	15.126
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(555)	12	23	-	(532)
Outras provisões	5.819	1.178	(1.013)	(924)	3.882
Total do ativo	87.587	(1.660)	(10.020)	512	78.079
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(705)	49	143	-	(562)
Total do passivo	(705)	49	143	-	(562)
Total líquido	86.882	(1.611)	(9.877)	512	77.517

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	28.408	21.803
Diferenças temporárias dedutíveis	63	8
	28.471	21.811
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do semestre	9.680	7.416

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	5.374	8.485
2017	20.752	20.752
2018	9.207	9.207
2019	10.255	10.255
2020	10.912	10.912
2021	18.468	18.468
Total	74.968	78.079

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/16	31/12/15
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(52.284)	(52.328)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	14.127	17.758
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	34.798	65.013
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	39.379	54.554
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	12.1	(26.904)	(31.994)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	34.841	110.521
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(26.122)	(37.250)
Total de exposição			<u>17.835</u>	<u>126.274</u>
Efeito no resultado			<u>(1.212)</u>	<u>1.321</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/16	31/12/15
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(52.284)	(60.588)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	14.127	17.758
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	91.483	148.254
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	7.443	5.500
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	68.664	162.389
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(86.970)	(93.402)
Total de exposição			<u>42.463</u>	<u>179.911</u>
Efeito no resultado			<u>2.783</u>	<u>(12.485)</u>

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 30 de junho de 2016, o Grupo não possui instrumentos financeiros contratados.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dolar	14.127	17.758	14.127	17.758
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dolar	-	3.934	-	3.934
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dolar	-	21.965	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dolar	(21.983)	(23.772)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dolar	(2.151)	(538)	(2.536)	(23.959)
Total de exposição			(10.007)	19.347	11.591	(2.267)
Efeitos no resultado			(831)	6.278	(830)	3.898

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2016 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Risco	30/06/16	Controladora Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(52.084)	(60.667)	(62.496)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(200)	(207)	(209)
Aplicações financeiras	Redução	56.008	81.618	84.070
Exposição líquida		3.724	20.744	21.365
				21.988

	Risco	30/06/16	Consolidada		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(52.084)	(59.245)	(61.037)	(62.828)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(200)	(207)	(209)	(211)
Aplicações financeiras	Redução	91.482	101.401	103.882	106.364
Exposição líquida		39.198	41.949	42.636	43.325

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$17.020 e R\$2.751 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,08% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2016.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$17.641 e R\$3.438 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$18.264 na controladora e de R\$4.127 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de junho de 2016 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	30/06/16	Controladora		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	14.127	14.920	18.650	22.380
Fornecedores	Aumento	(2.151)	(2.272)	(2.840)	(3.408)
Exposição líquida		11.976	12.648	15.810	18.972

	Risco	30/06/16	Consolidado		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	14.127	14.920	18.650	22.380
Fornecedores	Aumento	(2.536)	(2.678)	(3.348)	(4.018)
Exposição líquida		11.591	12.242	15.302	18.362

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$672 e R\$651 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$3.834 na controladora e um resultado negativo de R\$3.711 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$6.996 e R\$6.771 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/16	31/12/15
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	68.399	67.048
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	110.856 179.255	110.856 177.904

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 30 de junho de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	16.742	20.509
Do 2º ao 5º ano	46.439	58.963
Após o 5º ano	40.705	42.414
Total	103.886	121.886

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$10.651.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da Companhia, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A T4F, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas, sendo que serão opostos novos recursos. Na opinião dos assessores da Companhia, a probabilidade de perda é possível nessa esfera. O montante envolvido nos 11 processos administrativos é de R\$29.168 para 30 de junho de 2016.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados	Valores registrados	Valores a registrar em períodos futuros
		até 31/12/15	resultado em 30/06/16	
2007	1.256.666	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	779	23	3
2013	406.000	379	13	26
2014	1.322.000	192	10	49
2015	950.000	108	36	341
2016	488.000	-	117	1.534
Total	5.485.915	5.937	199	1.953

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado											
Datas de outorga	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015	28/04/2016	
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1	9	1	8
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017		01/07/2017	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020		27/04/2021
Volatilidade do preço da ação	32,98%			34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%
Taxa de juros livre de risco	12,06%			12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%
Preço para exercício por opção R\$	10,98			11,93	11,93	6,02	5,03	4,77	2,36		6,03
Indexador	Não indexado			Indexado pelo IGP-M				Não indexado		Indexado pelo IGP-M	
Preço para trimestre, corrigido - R\$	10,98			15,52	15,52	7,37	5,79	4,77	2,63		4,77
Valor justo por opção - R\$:											
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50
Série 2	5,02	5,02	1,48	5	1,95	1,68	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-	0	0,5	3,71
Série 4	5,5	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-	0	0,56	4,14

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2016, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já "vested".

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2016 e de 2015.

Consolidado				
01/04/16 a 30/06/16				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	171.709	31.205	20.621	223.535
Custos	(161.071)	(26.718)	-	(187.789)
Lucro bruto	10.638	4.487	20.621	35.746
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(6.763)	(5.745)	-	(12.508)
	3.875	(1.258)	20.621	23.238
Despesas administrativas				(9.713)
Resultado financeiro				(6.278)
Lucro antes dos impostos				7.247

Consolidado				
01/01/16 a 30/06/16				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	432.656	68.328	56.539	557.523
Custos	(420.943)	(57.431)	-	(478.374)
Lucro bruto	11.713	10.897	56.539	79.149
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(11.345)	(11.587)	-	(22.932)
	368	(690)	56.539	56.217
Despesas administrativas				(20.671)
Resultado financeiro				(7.844)
Lucro antes dos impostos				27.702

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado				
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	91.847	179.139	15.373	29.415
Brasil	92.117	321.861	82.102	193.969
Chile	39.571	56.523	6.183	12.156
	223.535	557.523	103.658	235.540
Consolidado				
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	16.212	31.750	5.707	6.500
Brasil	14.825	38.453	20.116	37.482
Chile	4.710	8.952	1.358	427
Peru	(1)	(6)	(7)	(32)
	35.746	79.149	27.174	44.377

	Consolidado			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	5.686	17.580	(1.042)	(5.132)
Brasil	(1.013)	7.136	6.512	6.413
Chile	3.102	3.454	1.948	330
Peru	(271)	(286)	(991)	(2.111)
USA	(257)	(182)	120	228
	<u>7.247</u>	<u>27.702</u>	<u>6.547</u>	<u>(272)</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 e de 2015, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$244 na controladora e R\$266 no consolidado (R\$90 na controladora e R\$125 no consolidado em 30 de junho de 2015).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$6.969 (R\$3.049 em 30 de junho de 2015).

34. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16	01/04/15 a 30/06/15	01/01/15 a 30/06/15
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>3.528</u>	<u>14.231</u>	<u>2.670</u>	<u>1.027</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.791.465</u>	<u>69.791.465</u>	<u>69.727.832</u>	<u>69.727.832</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>70.731.465</u>	<u>70.731.465</u>	<u>71.803.753</u>	<u>71.803.753</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	<u>0,0505</u>	<u>0,2039</u>	<u>0,0383</u>	<u>0,0147</u>
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - em reais	<u>0,0499</u>	<u>0,2012</u>	<u>0,0383</u>	<u>0,0147</u>

Em 30 de junho de 2015, o prejuízo básico e diluído eram iguais, tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 8 de agosto de 2016.
